

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE FILOSOFIA NO ENSINO MÉDIO

KELLY PEREIRA DE OLIVEIRA

**COMO PENSAR O CONCEITO DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO: UMA
ABORDAGEM FILOSÓFICA A PARTIR DE SIMONE DE BEAUVOIR.**

CURITIBA

2016

KELLY PEREIRA DE OLIVEIRA

**COMO PENSAR O CONCEITO DE GÊNERO NO ENSINO MÉDIO: UMA
ABORDAGEM FILOSÓFICA A PARTIR DE SIMONE DE BEAUVOIR.**

Monografia apresentada ao curso de Especialização em Filosofia no Ensino Médio, no setor da CIPEAD – Coordenação de Integração de Políticas de Educação à Distância, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, como requisito parcial à obtenção do grau de especialista.

Orientador: Prof. Me. Anderson Bogéa da Silva

CURITIBA
2016

RESUMO

Este estudo tem como objetivo discutir a questão de gênero com adolescentes do Ensino Médio, enfatizando sua trajetória conceitual e problematizando as questões biológicas e culturais que estruturam as relações sociais. Essa temática tornar-se urgente, devido a formatação produzida pelas instituições sociais, que conduzem padrões de ser e existir no mundo, com seus discursos normatizadores e essencialistas. O que resultou, na história da humanidade, a uma desigualdade social vivenciada, sobretudo, pelas mulheres. A base filosófica da presente pesquisa está na filósofa existencialista Simone de Beauvoir, que analisa e questiona a trajetória da mulher na história ocidental, problematizando sua representação e os estereótipos sociais exigidos. Fundamentando-se no potencial “empoderador” da liberdade e na responsabilidade do sujeito, o que lhe garante a possibilidade de construir-se e reconstruir-se constantemente, direcionando-o sempre a um futuro aberto, sem padrões pré-estabelecidos.

Palavras chaves: estereótipos, identidade, feminismo, empoderamento.

RÉSUMÉ

Cette étude vise à examiner les questions de genre avec des adolescents de l'école secondaire, en insistant sur sa trajectoire conceptuelle et de discuter des questions biologiques et culturels qui façonnent les relations sociales. Ce thème devient urgente en raison de la mise en forme produite par les institutions sociales, les principaux motifs d'être et d'exister dans le monde, avec sa définition de normes et discours essentialistes. Ce qui a résulté, dans l'histoire humaine, l'inégalité sociale a connu principalement par les femmes. Le fondement philosophique de cette recherche est le philosophe existentialiste Simone de Beauvoir, qui analyse et des questions de la trajectoire de la femme dans l'histoire occidentale, questionnant sa représentation et les stéréotypes sociaux nécessaires. Pour des raisons de potentiel "autonomisation" la liberté et la responsabilité de l'objet, ce qui garantit la possibilité de construire et se reconstruire constamment, aller toujours un avenir ouvert, sans normes pré-établies .

Mots clés: stéréotypes , identité , le féminisme , l'autonomie

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
1. UMA QUESTÃO DE GÊNERO	11
2. O <i>SEGUNDO SEXO</i> DE SIMONE DE BEAUVOIR.....	19
2.1 O Destino.....	21
2.2 O Desejo	23
2.3 O Materialismo Histórico	26
2.4. O Potencial “Empoderador” da Liberdade.....	27
3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO CONTEÚDO EM SALA DE AULA.....	29
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
6. REFERÊNCIAS.....	40
ANEXOS.....	43

INTRODUÇÃO

(...) *A minha escola não tem personagens, a minha escola tem gente de verdade. (Vamos fazer um filme - Renato Russo)*

A escola pública pode ser considerada o espaço com maior diversidade de todos os ambientes sociais. Uma vez que a expressão “pública” possibilita e amplia a participação de todos os sujeitos existentes na sociedade, sem divisões sociais, étnicas, culturais, religiosas, ou de gênero, a escola pública está aberta a todos os cidadãos. Como descreve o compositor Renato Russo, na letra da música “Vamos fazer um filme¹”, o ambiente educacional público é repleto de *personagens reais*, os quais, por serem tão diferentes entre si, compõem um ambiente altamente rico em conhecimento e possibilidades de aprendizagem.

Sendo assim, é nesse ambiente plural que o debate sobre as relações de gênero demonstra urgência, e que, infelizmente, não tem acontecido em boa parte de nossas escolas. Em alguns casos por total desinteresse do próprio corpo escolar, em outros pela falta de embasamento teórico de muitos profissionais que não se sentem preparados para abordar o assunto. No entanto, é responsabilidade da escola promover o acesso a essas informações e possibilitar as ferramentas necessárias para combater os estereótipos construídos socialmente. Mas, como exigir essa responsabilidade, posto que a legislação que poderia dar suporte aos currículos escolares, e conseqüentemente aos educadores, é aprovada por indivíduos que sequer conhecem o sistema público de ensino, ou ainda não possuem conhecimento da discussão que envolve o conceito de gênero?

Atualmente, vivenciamos tal problemática nas discussões ocorridas em todo o Brasil em torno das metas do Plano Nacional de Educação, em que o debate sobre gênero nas escolas é desqualificado por políticos de cunho religioso, interferindo em ações públicas a longo prazo, uma vez que as metas representam uma caminhada de dez anos na educação. Além disso, os argumentos, em diversos estados e municípios, têm caráter fortemente religiosos e baseiam-se em conceitos biológicos e normativos de gênero. Assim, percebemos a extensão da problemática envolvendo o tema e o quanto estamos enraizados em conceitos

¹ Álbum *O descobrimento do Brasil*, lançado em 1993.

que, não apenas conduzem vidas, mas deixam aberturas a inúmeras manifestações de violência aos sujeitos que “fogem” a essa padronização².

Como compreender e romper tais padrões de comportamento, quando a própria instituição escolar os reforça e caminha paralelo a esses estereótipos? Uma alternativa seria resgatar, no interior da escola, conhecimentos que possibilitem a superação desses estereótipos, ou melhor, fornecer aos adolescentes, sem distinções, os elementos necessários para que apresentem autonomia na construção de si mesmos.

Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar a possibilidade de problematização dos conceitos de gênero com adolescentes do Ensino Médio, afim de possibilitar, em primeira instância um conhecimento teórico sobre o tema, e sobretudo evidenciar a possibilidade de resistência e superação dos estereótipos, por intermédio das escolhas livres. Fazendo uso das reflexões da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, sobretudo sua obra *O segundo sexo*.

Contudo, torna-se necessário conceituar e problematizar os conceitos existentes de gênero – o biológico e o social –, resgatando sua construção histórica, como momento necessário para a compreensão dos estereótipos aos quais os jovens são enquadrados.

O conceito biológico de gênero ressalta as diferenças físicas dos sujeitos, sobretudo a anatomia sexual, justificando, assim, os diferentes papéis sociais. Como descreve Louro, “o conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política”.³ O que encontramos é uma argumentação fortemente usada pelo senso comum, que sustenta a divisão “desigual” de classes na sociedade baseada nas diferenças sexuais. Ganhando um corpo de saber-poder histórico predominantemente masculino, no qual as construções históricas, políticas, literárias e científicas foram majoritariamente “contadas” por homens, menosprezando, por vezes, silenciando, a participação as mulheres.

Por sua vez, o conceito social de gênero, ou análise crítica do biológico, nasce junto ao movimento feminista, final do século XIX, com o sufragismo, representado na luta pelo direito ao voto. Outras questões também são levantadas, como organização familiar, acesso aos estudos e algumas profissões exclusivamente masculinas. Entretanto, é na chamada segunda onda feminista, no final dos anos 1960, que essas discussões ganham corpo através

² Importante salientar a reflexão do filósofo Michel Foucault em sua obra *Arqueologia do Saber* (1969), que problematizou esses conceitos em práticas discursivas, criadas e definidas em um determinado tempo, por um determinado grupo, e engendraram-se como “práticas de verdade”, deliberando as ações dos sujeitos segundo normas e conceitos presente no poder microfísico. Ou seja, crianças já ingressam na instituição social escolar com padrões de comportamento que demarcam uma hierarquia e desigualdade de gênero. Por sua vez, essa instituição coparticipa de práticas discursivas e estruturais de dominação, o que envolve uma estrutura de vigilância e disciplina constante. Sendo assim, os gêneros se “fabricam”, nas relações de poder.

³ Louro, 1997, p. 21.

da produção intelectual feminista, e os “estudos sobre a mulher”, que, além de contribuírem para o conhecimento específico sobre a mulher, tendo em vista que a ciência trabalhava com a visão universalizante do corpo masculino, resgata contextos históricos de participação feminina e problematiza a fundamentação biológica de gênero.

A filósofa Simone de Beauvoir insere-se como figura importante nesse contexto de luta feminista, não somente pela sua militância, mas sobretudo por sua obra, *O segundo sexo*, publicada na França, em 1949, em dois volumes. O que lhe rendeu vários leitores, porém inúmeras críticas, as quais foram expressas através das piores ofensas existentes. Desse modo, tal aversão, principalmente masculina, justifica-se por seu conteúdo, uma vez que Simone traça a vertente existencialista em toda sua obra e demarca o “culpado” no processo de sujeição da mulher: o patriarcado. Iniciando uma minuciosa reflexão na biologia, na psicanálise e no materialismo histórico. Demonstrando também a difícil tarefa da mulher de assumir-se como sujeito de si.

O homem que constitui a mulher como Outro encontrará, nela, profundas cumplicidades. Assim, mulher não se reivindica como sujeito porque não possui os meios concretos para tanto, porque sente o laço necessário que a prende ao homem sem reclamar a reciprocidade dele, e porque, muitas vezes, se compraz no seu papel de Outro.⁴

Essa aceitação se configura também como imposição construída historicamente, e alimentada incessantemente pelas instituições sociais: família e escola, e através das mídias, das hierarquias sociais e profissionais e, conseqüentemente, pela própria mulher. Afinal, concebe-se um protótipo do ser mulher. E é exatamente esse estereótipo que é denunciado e desconstruído pela autora no início do segundo volume do seu livro: “ninguém nasce mulher: torna-se⁵”, demonstrando o potencial de construção de si. Além de assumir o papel de sujeito na sua história, na construção de sua identidade e nas suas próprias escolhas, rompendo com valores universais, seja feminino ou masculino.

A escola, como toda instituição social, disciplina, formata, padroniza e estereotipa, seguindo padrões que foram construídos e aceitos socialmente. É um microssistema de dominação, com sua estrutura, sua vigilância, e sua disciplina constante. Historicamente algumas questões foram superadas, mas outras ainda marcam bastante o ambiente educacional, que mesmo sendo diverso e múltiplo, ainda “exclui” os indivíduos que nela não se enquadram.

⁴ Beauvoir, 2009, p. 22.

⁵ Beauvoir, 2009, p. 361.

Os estereótipos exigidos são incoerentes com a realidade do século XXI, pois geram um hiato quase que intransponível entre os gêneros (masculino – feminino), já que conduzem a uma única possibilidade, suscitando assim, o preconceito, a discriminação e violência perante o outro que não se enquadra nos formatos exigidos. A título de exemplo, temos a homofobia (ódio pela orientação sexual diferente da sua), reforçada muitas vezes no *bullying* presente nas escolas, nas ruas e até entre familiares. Que se caracteriza pela constante agressão física, psicológica, moral, constrangimento, impedimento e até abuso sexual de um mesmo indivíduo. Normalmente o agressor sente-se superior a vítima, essa, considera-se inferiorizada, humilhada, envergonhada, e na maioria das vezes sem “coragem” de procurar ajuda e apoio. As vítimas possuem algumas características semelhantes, meninos afeminados, magros, tímidos, intelectuais, meninas masculinizadas, as consideradas “liberais”, ou “feias”. Os motivos são os mais banais possíveis, podendo se estender nas redes sociais, com o *cyberbullying* e suas mensagens de ódio.

Tais casos tem seu ápice em assassinatos por grupos preconceituosos e extremamente violentos, tal violência por não aceitar, não respeitar a orientação sexual do outro, ou considerar homossexuais como sujeitos “anormais” que precisam ser eliminados, como a própria história já o fez. Ou de maneira mais sutil como alguns usos político-religiosos de projetos como a “Cura Gay” e o “Dia do Orgulho Hetero” que atentam contra a cidadania do grupo LGBT.

Outro exemplo está na misoginia, presente nas relações de poder do patriarcado, e historicamente justificada na sociedade clássica romana, onde a mulher era tratada como um indivíduo *imbecillitas sexus* – termo romano que a enquadrava como incapaz, paralelo as crianças e os doentes.

Bem como relata a historiadora Mary del Priore, no contexto do Brasil colonial:

A relação de poder já implícita na escravidão se reproduzia nas relações mais íntimas entre marido e mulher, condenando esta a ser uma escrava doméstica, cuja existência se justificasse em cuidar da casa, cozinhar, lavar a roupa, servir ao chefe de família com sexo, dando-lhe filhos que assegurassem sua descendência e servindo como modelo para a sociedade com que sonhava a Igreja⁶.

Entende-se violência doméstica como aquela ocorrida no interior dos lares, podendo se estender para fora deles, em lugares públicos, não sendo somente sobre a mulher, mas também crianças, adolescentes e idosos. Ela se manifesta por meio de agressão física, psicológica, moral, sexual e patrimonial. O agressor é sempre próximo, conhecido, tendo parentesco ou não, podendo ser irmãos(as), tios(as), pais/mães, padrastos/madrastas,

⁶ Del Priore, 2013, p. 13.

filhos(as), parceiros(as) e ex-parceiros(as), sempre com algum vínculo afetivo. Contudo, percebe-se que as mulheres, em sua maioria, são vítimas de seus companheiros ou ex-companheiros. Na maioria dos casos o agressor não “superou” o fim do relacionamento, podendo ser o rompimento recente ou não, como nos deparamos cotidianamente nos telejornais. Assassinatos planejados, orquestrados, cárceres privados, crueldades perante familiares e filhos, e outras séries de “abuso de poder” que vem desmoronando historicamente.

Todas as manifestações de violência citadas acima são gratuitas, misóginas, perversas, tratadas hoje com maior atenção pelas autoridades políticas⁷, mas que ainda afronta-nos diariamente, afinal não se muda uma cultura de quinhentos anos em apenas cinquenta anos, ou dez anos, como

Levando em consideração o já exposto anteriormente, percebe-se a urgência de tratar dessa temática no ambiente escolar, afim de superar uma cultura de anos de patriarcado e machismo, rompendo com o silêncio da história das mulheres nos conteúdos escolares, transmitindo aos educandos as raízes dos estereótipos sociais para que possam construir livremente suas próprias personalidades e condutas, compreendendo que papéis são escolhas livres, e não borrões pré-estabelecidos socialmente. Para que possam reverter o quadro de violência de gênero, conhecendo a história da humanidade através de outros olhares, se apropriando da cultura e do conhecimento de forma empoderada e não de maneira simplesmente imposta pela sociedade à qual pertencem.

⁷ A lei nº 11.340/2006 – batizada de Maria da Penha em homenagem ao importante símbolo de luta contra a violência doméstica no Brasil - prevê atendimento especializado a mulher, delegacias da mulher, medidas protetivas, preservando sua integridade física e psíquica.

1. UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Entre os séculos XIX e XX, dois conceitos são interligados na “discussão” sobre a variação humana: raça e gênero. Portanto, falar de raça era, conseqüentemente, falar de gênero. Como relata Stepan, “afirmava-se que o leve peso do cérebro feminino e as estruturas cerebrais deficientes eram análogos aos das raças inferiores, e isto explicava as baixas capacidades intelectuais destas raças”⁸. Assim, mulheres e negros tinham crânios parecidos e, por conseguinte, eram biologicamente inferiores aos homens brancos, justificando a sua posição de subordinação na sociedade. Medições nos crânios, comparações de pesos e associações aos símios foram realizados, através de experimentos, para comprovar a hierarquia dominante: macho e branco. Parafraseando Stepan, nas mulheres ainda havia resquícios de uma natureza selvagem, impulsiva, emotiva e incapaz intelectualmente, enquanto os homens brancos superiores evoluíam biologicamente e culturalmente.

O que isso nos diz? Que a ciência se utilizou do “senso comum” preexistente em relação à diferença biológica entre seres humanos e construiu, a partir disso, um paradigma comportamental. A partir desse discurso, são consideradas tanto a real condição social entre os diferentes indivíduos, quanto a dinâmica social e as relações de poder construídas hierarquicamente. Sendo assim, pela concepção biológica de “raça” se constrói uma hegemonia, seguida do etnocentrismo, da segregação e da desigualdade social. Paralelamente, o ideal biológico de gênero constrói a cultura do patriarcado, manifestando-se no machismo, na misoginia e na desigualdade social entre homens e mulheres.

Contudo, apesar de demarcamos um momento histórico, século XIX e XX, não podemos correr o risco de acreditar que a origem da desigualdade entre gêneros possui essa cronologia. Uma vez que a antropologia já denuncia que o “dualismo do sexo” está presente em inúmeras organizações sociais, servindo como divisões de trabalho, exprimindo contradições e conexões, como “quente/frio, duro/mole, noite/dia, potência/fertilidade, guerra/fecundidade, ordem/desordem, ativo/passivo, superior/inferior”⁹. Como se a organização social se sustentasse na dicotomia dinâmica entre as diferenças sexuais existentes na própria “essência” da sociedade. Nesse sentido, a constatação científica de inferioridade da mulher, que foge ao processo evolutivo permanecendo próxima à natureza selvagem, logo

⁸ Stepan, 1994, p. 74.

⁹ Oliveira, 1999. pp. 29-30.

essencialmente perigosa, ganha suporte e força no discurso científico realizado pelos homens brancos superiores.

De acordo com Oliveira:

Para o homem a mulher é, antes de mais nada, a outra, um outro, muito mais que parceria; essa estranheza se exprime nos sistemas simbólicos e de representação e se realimenta, reforçando a fronteira intransponível que separa fazeres e saberes de homens e mulheres.¹⁰

As distinções entre saberes e fazeres masculinos e femininos demarcam territórios e reproduzem especificidades, que extrapolam o fator biológico ganhando corpo social, dividindo-se em duas formas distintas de ser no mundo - o universo masculino e o universo feminino. Nesse sentido, as especificidades construídas socialmente tornam-se representações organizadas e padronizadas que são transmitidas aos descendentes de cada sexo, direcionando “todos os aspectos da existência – espaço, trabalho, habitação, linguagem, comida, mito e magia”.¹¹ Essa oposição, além de dividir papéis, demarca territórios que se distanciam, tornando-os estranhos um ao outro, com uma “supervalorização” da esfera masculina em detrimento da feminina, naturalizando as diferenciações, entendidas como dadas, e reforçando as divisões de papéis sociais.

Como define Louro:

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos, suas roupas, seus modos de se relacionar ou de se portar... Através do aprendizado de papéis, cada um/a deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas.¹²

Esse discurso, seja ele realizado pelo senso comum ou pelo conhecimento científico, gera um saber, que por sua vez é sustentado por um poder. Que passa a ser problematizado, sobretudo, ao final do século XIX, quando o movimento feminista coloca em cheque o conceito de gênero. Sendo assim, esses supostos papéis, tais estereótipos, e hierarquização sexual/social são encarados como um problema, e colocados no centro do debate feminista.

O movimento iniciado por mulheres da Europa e dos Estados Unidos abre as portas para uma série de lutas por direitos políticos e sociais que irá se desenrolar nos anos seguintes. Porém, a marca da primeira onda feminista, como ficara conhecido tal movimento, é a reivindicação pelo direito ao voto, apesar de questões envolvendo a organização familiar e o

¹⁰ Idem, p. 30

¹¹ Idem p. 31.

¹² Louro, 1997, p. 24.

acesso aos estudos e a algumas profissões também terem sido levantadas. Porém, a primeira conquista pelo direito ao voto só ocorre em 1917, na Rússia através de sua revolução, em 1918 na Alemanha, em 1919 nos EUA, em 1928 na Inglaterra, em 1945 na França, Itália e Japão e em 1973 na Suécia¹³. No Brasil, após incansável militância, as mulheres só tiveram acesso ao voto em 1932, lideradas por Bertha Lutz¹⁴, que fundou, em 1922, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminista, realizando o primeiro Congresso Internacional Feminista, tendo iniciado em 1936 seu mandato como deputada Federal.

Outra característica desse movimento é a trajetória das “mulheres transgressoras”, como a marcha de mulheres em direção ao Palácio de Versalhes, em 1789, para protestar contra o rei Luís XVI pela falta de pão¹⁵, no auge da Revolução Francesa, com ativa participação feminina, apesar dos belíssimos ideais – liberdade, igualdade e fraternidade – ainda não contemplarem as mulheres.

Apesar das mulheres já terem ocupado as fábricas, o espaço público ainda pertencia aos homens, enquanto o privado às mulheres, uma vez que eram elas que cuidavam dos filhos. Porém, nem todas concordavam com essa “divisão social”, entre elas Olympe de Gouges, que em 1791 publicou *Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã*, dedicada à rainha Maria Antonieta, com exigências de participação política, divórcio, partilha de bens e legislação igualitária¹⁶, conseguindo aprovação da Assembleia Nacional Francesa. Ainda nesse sentido, podemos mencionar Mary Wollstonecraft, que em 1792 publicou *Uma reivindicação pelos direitos da mulher*, obra considerada o estopim do pensamento feminista, por seus ideais de igualdade e sobretudo pela análise crítica da sociedade, descrevendo a condição de escrava imposta à mulher desde pequena, uma vez que são preparadas para o casamento. Salienta, assim, que a força física masculina serviu para reforçar e legitimar a superioridade dos homens perante as mulheres. Diferentemente, a autora acreditava no potencial racional do ser humano e via na educação uma possibilidade de aperfeiçoamento das virtudes em ambos os sexos.¹⁷

Em Paris, no ano de 1949, uma importante obra marca, ainda mais, a primeira fase do movimento feminista, *O segundo sexo*, da filósofa existencialista Simone de Beauvoir, na qual descreve a “real” condição da mulher em toda a história: o lugar do outro. Descrevendo as causas culturais para a sujeição da mulher e a desigualdade social por ela enfrentada.

¹³ Auad. 2003, p. 56.

¹⁴ Biografia Bertha Lutz. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/>.

¹⁵ Rodrigues. 2015, pp. 19-21.

¹⁶ Rocha. 2015, pp. 26-29.

¹⁷ Cf. Araújo, 2009.

“Não se nasce mulher, torna-se”, é com esta frase que Beauvoir inicia a segunda parte de seu livro, colocando em jogo toda a estrutura social construída para Ser mulher. Sua análise perpassa a história e suas mitologias; a psicanálise e suas representações; e a fisiologia com suas determinações. Porém destaca que todas são insuficientes para justificar a “sujeição” da mulher e sua condição de outro, reforçando, na maioria das vezes um determinismo, um destino, excluindo-a da capacidade de construção de si mesma no mundo. É preciso, portanto, encarar todas as construções mencionadas acima na esfera social, como construções sociais, com significados e objetivos definidos, consequentemente direcionados no processo de educação individual das mulheres e dos homens sociais. Justificando, assim, sua frase inicial, “não se nasce mulher”, pois nada lhe define – biologia, desejos intrínsecos ou mitologias históricas – a não ser aquilo que quiser para si mesma, tornar-se mulher.

A “segunda onda”, iniciada no final dos anos 60, continuou reivindicando o direito da mulher aos espaços públicos, além de acrescentar mais produções intelectuais sobre a mulher, o que traz à tona inúmeras discrepâncias científicas sobre o corpo da mulher, e consequentemente “à função” atribuída a ela na sociedade. Nessa fase de esclarecimento, o movimento feminista contesta a noção do destino biológico, bem como justifica sua construção cultural/histórica como culpada pelas mazelas sofridas pelas mulheres ao carregar, apenas, esse “modelo de gênero”.

Essa fase torna-se primordial para o movimento, uma vez que a produção intelectual assume um papel de denúncia, resgate histórico, mas sobretudo de conquista de um espaço majoritariamente masculino – a esfera pública. As mulheres já haviam extrapolado o limite entre o privado e o público, nas fábricas, nas lavouras, posteriormente, em escritórios, lojas, escolas e hospitais. Porém, como relata Louro, eram “rigidamente controladas e dirigidas por homens, e cargos ligados à assistência, ao cuidado ou à educação”¹⁸. Nesse sentido, percebemos uma prolongação da esfera privada também aos cargos públicos, subjugando suas potencialidades políticas e sociais, disponibilizando a elas funções que “exigiam” destreza, cuidado, paciência e amor. Por conseguinte, são exatamente essas “características femininas” que começam a ser analisadas e criticadas por estudiosas de diferentes instâncias – Antropologia, Literatura, História, Sociologia e Educação –, iniciando uma crítica, mas sobretudo um olhar sobre os estereótipos femininos, denunciando suas privações, opressões, violências e descaso social, jurídico e econômico.

¹⁸ Louro, 1997, p. 21.

Fizeram mais, ainda: levantaram informações, construíram estatísticas, apontaram lacunas em registros oficiais, vieses nos livros escolares, deram voz àquelas que eram silenciosas e silenciadas, focalizaram áreas, temas e problemas que não habitavam o espaço acadêmico, falaram do cotidiano, da família, da sexualidade, do doméstico, dos sentimentos.¹⁹

Assim, é sobre esse pano de fundo que um tema parece ser extremamente urgente, deflagrando-se como coautor de todas as discussões dirigidas às mulheres, transpassando todas as problematizações e tentativas de identificação e compreensão da situação da figura da mulher na história: o gênero. Até então compreendido como resultado de diferenças biológicas entre os dois sexos: masculino e feminino. Portanto, sexo, fator determinante por ser biológico, e gênero, regras de comportamento, tratadas como categorias paralelas, sendo direcionadas na construção do sujeito.

Segundo a historiadora Joan Scott, as feministas utilizaram a palavra gênero para se referir à relação existente entre os sexos dentro da organização estabelecida socialmente, e várias interpretações marcam esse contexto. Entre elas, a problematização da relação sexo/gênero, alegando que o fator decisivo seria a biologia, moldando, portanto, toda a postura e função social do indivíduo na sociedade. Por sua vez, a antropóloga norte-americana Margaret Mead, em sua obra *Sexo e Temperamento*, mostra os resultados de sua pesquisa realizada em Nova Guiné sobre papéis sexuais, ressaltando que não existia uma relação direta entre sexo biológico e condutas sociais. Sendo assim, a sexualidade, os modos de ser, vestir e falar pertencem à esfera cultural. Temos, portanto, a definição de gênero como construção social, e, o fator biológico é meramente utilizado como “instrumento” dentro de um corpo ideológico cultural. Paraphraseando Carson, não é na constituição fisiológica que se encontrará grandes respostas às questões envolvendo desigualdade de gênero, mas sim na esfera social, cultural, ideológica e simbólica²⁰. A origem da desigualdade social de gênero não está na determinação fisiológica, mas sim na representação realizada em torno dessa constatação biológica, com definições precisas e fixas de papéis sociais.

Dentro das relações de gênero existem perfis pré-estabelecidos, com cores específicas, azul para meninos e rosa para meninas, e, com isso, automaticamente um casal que espera um filho irá “comprar e ganhar” objetos que contemplem o “sexo” da criança. Ao nascer espera-se deles características específicas, como: paciência, delicadeza e capricho das meninas e agressividade, impulsividade, coragem e iniciativa dos meninos, sobretudo, negando e distanciando um “universo” do outro, determinando espaços e lugares que são demarcados em

¹⁹ Louro, 1997, p.19

²⁰ Carson, 1995, pp. 187-218.

todas as esferas sociais, principalmente no ambiente escolar²¹. Fugir dessa lógica, seria transgredir a própria sociedade, já que a argumentação é justificada no “destino biológico”, e, desse modo, reverter esse processo seria “desestruturar” todo um corpo social que determina papéis baseando-se nas diferenças sexuais dos indivíduos. Portanto, as características específicas mencionadas acima devem ser constantemente demarcadas, afinal são necessárias, isto é, os homens são naturalmente mais fortes, por isso sustentam financeiramente a casa, a mulher, condenada ao fatalismo da maternidade, permanece na esfera privada e educa os filhos. Porém essa fatalidade é colocada em jogo com o advento dos métodos contraceptivos, que possibilitam às mulheres a separação entre procriação e prazer, o que constitui uma das lutas mais importantes das feministas – “meu corpo, minhas regras” –, a retomada do seu corpo, com a escolha da maternidade e, sobretudo, seu direito a ele, já que ele lhe pertence.

Quando as feministas passam a problematizar o conceito de gênero, colocando-o na esfera dos arranjos sociais e das representações, além de desnaturalizar o argumento da desigualdade social baseada no sexo, tornam também os sexos equivalentes. Nesse sentido, fala-se de mulheres, mas também de homens, de suas tipificações, afastando-se das conclusões essencialistas em ambos. Essa etapa do estudo se encaminha a outra conclusão, a de que gênero designa a identidade dos sujeitos, segundo Louro, “algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero *fazendo parte* do sujeito, constituindo-o”²². Ou seja, fabricando-o através de práticas e discursos de poder realizados pelas instituições sociais.

Diante disso, podemos citar Michel Foucault²³, que analisa as relações de poder na sociedade, entre elas as práticas discursivas e sua relação com a verdade. “O poder é alguma coisa que opera através do discurso, já que o próprio discurso é um elemento em um dispositivo estratégico de relações de poder”²⁴. Para o autor, a verdade é produzida historicamente, carregada de um discurso que gera saber e poder, e este por sua vez cria práticas de vigilância e punições, permitindo o controle do sujeito e a exclusão das

²¹ Daniela Auad, em seu artigo *Igualdade de gênero e co-educação: reflexões necessárias para construção da democracia*, apresentado na 27ª Reunião Anual da ANPED (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação), 2004, expõe uma pesquisa realizada no ambiente escolar com o intuito de conhecer as relações de gênero na prática escolar. Entre seus resultados está a constatação de maior atenção, por parte das professoras, aos meninos, as separações por sexo, filas e fileiras de meninas e meninos, reforçando as representações de gênero. Mas, ao mesmo tempo, um terreno fértil para uma educação democrática e igualitária, já que possuem ambos os sexos aprendendo juntos.

²² Louro, 1997, p. 29.

²³ Filósofo francês contemporâneo, que faz uma ampla análise de conceitos fundamentais à sociedade, como poder, verdade, saber, conhecimento e sujeito.

²⁴ Foucault, 2012, p.253.

“anormalidades”. Em sua obra, *Vigiar e Punir*²⁵, remonta à sociedade disciplinar, definindo os mecanismos de poder e acrescentando o “biopoder” (poder sobre a vida), idealizado pelo Estado, incluindo desde controle e segurança, até questões de saúde da população, com levantamento de estatísticas de natalidade e mortalidade, e sugestões de práticas e hábitos saudáveis, sejam eles físicos e/ou sexuais, com a finalidade de tornar os sujeitos mais aptos e administráveis. Interessante notar em Foucault, que em sua análise, apesar de múltiplos direcionamentos, o objeto de estudo é sempre o mesmo – o corpo do sujeito. É esse elemento que é alvejado pelas instituições sociais, incluindo a sexualidade, sofrendo práticas construtivas/coercitivas, afinal percebe-se sua importância na estrutura econômico-político-populacional.

Em outra obra, *História da sexualidade*, Foucault analisa os discursos e as práticas de saber que regulam e normalizam o sexo, relatando que “entre o Estado e o indivíduo o sexo tornou-se objeto de disputa pública; toda uma teia de discursos, de saberes, de análise e de injunções o investiram”²⁶. Assim, as estruturas do gênero, que foram construídas socialmente, direcionam a identidade sexual dos sujeitos, que é legitimada pela lógica dicotômica: masculino/feminino, de forma naturalizada e permanente. Nessa polaridade, a mulher torna-se o outro, produzida pelo primeiro, justificando sua posição de poder e referencial universal. Afinal, na literatura, encontramos a expressão – “homens” –, como se estivesse englobando todos os seres humanos, porém essa “interpretação” deve ser problematizada, uma vez que não inclui as mulheres. Nessa direção, Joan Scott, em *Gênero uma categoria útil para análise histórica*, ressalta que a lógica dicotômica de dominação masculina versus submissão feminina precisa ser desconstruída. Portanto, para a autora, o conceito de gênero abarca tanto as relações sociais baseadas nas diferenças entre os sexos, como também compõe as relações de poder.

Só podemos escrever a história desse processo se reconhecermos que “homem” e “mulher” são ao mesmo tempo categorias vazias e transbordantes; vazias porque elas não têm nenhum significado definitivo e transcendente; transbordantes porque mesmo quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas. (Scott, 1995, p. 28)

Nos últimos anos, temos a filósofa Judith Butler que também compreende o gênero através das relações sociais, do mesmo modo partilha dos referenciais foucaultianos acerca da sexualidade, também engendrada pelas instituições sociais e que precisa ser analisada através

²⁵ Foucault, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1990.

²⁶ Foucault, 1988, p. 29.

de sua historicidade. Onde cabe ao gênero sustentar, através de representações fabricadas por intermédio de um discurso pré-cultural, ou biológico, onde atos, gestos e signos fabricam homens e mulheres que não possam romper com a coerência heteronormativa. Ou seja, existe uma ordem compulsória heterossexual, onde a representação é constantemente performática nos corpos masculinos e femininos²⁷. Subverter essa ordem compulsória, o padrão heterossexual, desmontando a obrigatoriedade entre gênero, sexo e desejo é uma possibilidade de desconstrução da imposição social, e possível reconstrução do ser livre.

E recentemente, o termo “empoderamento” vem ganhando destaque nos estudos e movimentos feministas. De origem inglesa *empowerment*, que, apesar de não ser nova, têm-se ampliado nas línguas espanhola e portuguesa. O dicionário Caldas Aulete já o registrava no ano de 1958 como sinônimo de “apoderar-se”, “apossar-se”, com outras referências como “dar poder”, baseada nas relações sociais democráticas²⁸.

Portanto, o empoderamento feminino equivale à emancipação social da mulher, com consciência de si e de classe, valorizando sua importância na construção histórica, econômica e cultural da sociedade, desconstruindo com o poder patriarcal e, principalmente, deliberando sobre seus corpos e seu destino.

²⁷ Essa questão é deflagrada em episódios de *bullying* homofóbico, seja na escola ou na rua, onde as características que fogem aos padrões de gênero e são enquadradas como “anormais” e “homossexuais”, suscetíveis assim à violência física ou moral.

²⁸ León, 1998, p.14, apud Martins, 2005, p.185

2. O SEGUNDO SEXO DE SIMONE DE BEAUVOIR

Em sua emblemática obra, *O segundo sexo*, Simone de Beauvoir traz à tona o problema enfrentado pela mulher: a condição de Outro. Porém, nasce daqui uma questão, por que ela é o outro? Por quê, parafraseando Beauvoir, ela se apresenta como o inessencial perante o essencial (homem)? Por que ela é o Outro, enquanto o homem o sujeito? A primeira percepção de Beauvoir é de que “nenhuma coletividade se define nunca como Uma sem colocar imediatamente a Outra diante de si”²⁹. Sendo assim, nenhum grupo, ou indivíduo, se estabelece como único, sem antes objetivar o outro, colocando-o na condição de outro. A mulher, portanto, foi colocada nessa posição pelo homem, para que ele se estabelecesse como Um, como sujeito, como norma, historicamente conhecido como “sujeito universal”. Percebemos, por exemplo, em nossa literatura, a utilização do substantivo masculino “homem” como universal, e transmitimos aos educandos como significando o mesmo que “espécie humana”, sem problematização ou contextualização, sem repassar também, que os dois sexos jamais partilharam igualdades de condições, resultando em uma perspectiva histórica androcêntrica – contada por homens, tendo eles mesmos como referência.

Porém, Beauvoir acrescenta que uma reciprocidade é encontrada logo que o “outro” e o “um” se encontram, pois percebem que ambos “objetivaram” para se afirmar. O nativo olha com espanto o estrangeiro, da mesma forma que o estrangeiro olha com espanto o nativo, e os dois percebem que o sentimento existente entre eles é comum, e que possuem várias semelhanças. No entanto, essa resignificação não acontece no encontro entre os sexos, masculino e feminino. Diante disso, a autora levanta sua segunda grande questão: “De onde vem essa submissão da mulher?”³⁰ Por que ela não reivindica sua posição de Um? Por que ela aceita a posição de Outro? E, por que ela aceitaria essa posição? “Por se tratar de um caminho fácil, com ele evitam-se a angústia e a tensão da existência autenticamente assumida”.³¹ Sendo assim, a mulher também é corresponsável por sua condição e, conseqüentemente, opressão, já que opta pela má-fé, definida pelo filósofo Jean-Paul Sartre³² como uma espécie de “mentira, pois ela dissimula a total liberdade do engajamento”.³³ A má-fé pode ser entendida como a fuga da própria liberdade, como a negação da condição de

²⁹ Beauvoir, 2009, p. 17.

³⁰ Idem, p. 18.

³¹ Ibidem, p. 22.

³² Jean- Paul Sartre (1905-1980) filósofo precursor da teoria existencialista e parceiro de Simone de Beauvoir.

³³ Marçal, 2009, p. 635.

sujeito responsável por sua existência. Mas, Beauvoir também acrescenta o fato de “que após longos períodos de opressão é possível que as mulheres não sejam mais capazes de vislumbrar outras possibilidades”.³⁴ Sob essa análise as mulheres não estariam mais na má-fé, uma vez que não encontra outras alternativas, e isso se dá pelo fato dela não ter sua própria história, e nem sequer uma solidariedade de trabalho e interesses, elas não dizem “nós”³⁵, e a ausência de uma consciência de classe (feminina) contribuiu para a permanência da mulher na condição de Outro. Assim, o drama da mulher é duplo, primeiro se configura pela exigência de uma situação que a constitui como inessencial (determinada pela sociedade) e por outro lado pela situação que contempla todos os indivíduos, que é a reivindicação de colocar-se como essencial, como sujeito.

O caminho percorrido por Simone de Beauvoir é o da moral existencialista, na qual o sujeito se coloca constantemente como projeto, “lançando-se” para frente através de suas escolhas, num contínuo processo de vir-a-ser (o que se quiser), direciona-se para um futuro aberto, uma vez que as possibilidades são direcionadas pela sua própria liberdade de escolha. Contudo, acrescenta que quando o ser humano tenta fugir da livre escolha, caindo na imanência, aceitando imposições ou qualidades prontas de Ser, se trataria de uma queda moral – negação da sua própria liberdade de escolha. Mas quando ocorre uma imposição, no caso da coerção e da violência, incide uma opressão ou frustração na construção própria do sujeito, negado a ele as livres projeções sobre si mesmo, tornando-se puro objeto no mundo, e não sujeito livre e autônomo, senhor (a) de sua própria história.

A autora também ressalta que nossa transcendência só se torna possível, quando outros também o fizerem. Sendo assim, a liberdade individual está ligada à liberdade de outros sujeitos, a opressão de um grupo representa a negação da transcendência, da liberdade, do futuro aberto a novas alternativas e possibilidades. Afinal, que alternativas existirá para um futuro aberto, com um presente alienado? Desse modo, parafraseando Reynolds, quando é retirado das mulheres possibilidades básicas de emancipação intelectual, por exemplo, como é o caso de inúmeros países do Oriente Médio, seu espaço de transcendência é limitado, pois é preciso “igualdade social para a transcendência recíproca”³⁶.

³⁴ Reynolds, 2014, p. 208.

³⁵ Beauvoir, 2009, pp. 19-20.

³⁶ Reynolds, 2014, p. 215.

2.1 O Destino

Beauvoir intitula a primeira parte de sua obra como “Destino”, na qual faz uma análise sobre três pontos estruturais: a biologia, a psicanálise e o materialismo histórico. A biologia traz a problemática da mulher ser definida, e entendida, exclusivamente, como “fêmea”. Relata Beauvoir, em *O segundo sexo*: “A mulher? É muito simples, dizem os amadores de fórmulas simples: é uma matriz, um ovário; é uma fêmea, e esta palavra basta para defini-la”³⁷. Apesar do determinismo e do finalismo expresso na biologia, as questões levantadas pela autora ganham mais significados nas construções sociais do que nas fisiológicas, uma vez que o macho, também determinado pela biologia, realiza-se de maneira diferente. Portanto, na mulher, o fator biológico impera uma pressão bem maior do que no homem, que conquista sua subjetividade sem se desvencilhar da biologia. Porém, na mulher, a natureza conduz toda sua trajetória social, e para alcançar a subjetividade é preciso desvencilhar-se da posição determinista, sair da imanência – condição de Outro – e atingir a transcendência, deve se lançar “à frente de si mesma a fim de se lançar mais à frente”³⁸, fazer-se “Ser”, tornar-se mulher, arrancar as amarras impostas pelo determinismo biológico construído socialmente.

Em *Por uma moral da ambiguidade*, Beauvoir sustenta que existir é lançar-se no mundo, e que as qualidades existentes no ser humano não são prontas, dadas, definidas, mas sim construídas por cada sujeito livre e autônomo, é uma maneira de lançar-se “no mundo e desvelar o ser”³⁹. Beauvoir questiona a noção de fraqueza, e argumenta que ela só é reforçada sob a luz da instrumentalização, acrescentando à força corporal valores essenciais. Porém, quando tais valores são, a fraqueza não consegue sustentação, é preciso outras formas de comparações. Assim, sua natureza só possui valor quando inserida na ação, caso contrário, torna-se indispensável. Como exemplo pensemos em uma disputa entre duas pessoas de sexos opostos para um cargo financeiro em uma empresa. O que deve ser levado em consideração é o currículo pessoal, incluindo experiências na área, possíveis indicações, conduta profissional, enfim, exigências do cargo. A “fraqueza” física, biológica, está completamente fora de contexto e não possui nenhuma justificativa nessa disputa. A menos que seja levantado o valor social da fraqueza, e seus sinônimos, como excesso de sensibilidade, falta de rigidez, medo, insegurança e sentimento de inferioridade, que não possui sustentação nenhuma na fisiologia, mas sim nos tabus e nas leis construídas socialmente.

³⁷ Beauvoir, 2009, p. 35.

³⁸ Beauvoir, 2005, p.69.

³⁹ Idem, p. 40.

É exatamente esse “forte peso social” que Beauvoir descreve no capítulo específico sobre a maternidade, já na segunda parte de *O segundo sexo*. Remontando o peso da maternidade, compreendida pela sociedade como um destino biológico, impossível de ser refutado. Esse argumento de naturalização perpassa a escolha e a compreensão da mulher como um sujeito de direitos e escolhas, colocando-a como uma mera reprodutora passiva da natureza. Nessa perspectiva, a aceitação da maternidade como destino, traz, muitas vezes, conformismo e aceitação, ou sofrimento, seja colocando uma criança no mundo ou praticando o aborto. Obviamente, a segunda opção é condenável pela sociedade, que fortalece a criminalização do ato, argumentando que o “feto” é possuidor de direitos e que a mulher não deve violá-los.

Sobre esse fato descreve Beauvoir:

O fato de ser a operação clandestina e criminosa multiplica-lhe os perigos e dá-lhe um caráter abjeto e angustiante. Dor, doença, morte assumem um aspecto de castigo: sabe-se que distância separa o sofrimento da tortura, o acidente da punição; através dos riscos que assume, a mulher sente-se culpada; é essa interpenetração da dor e do erro que é singularmente penosa⁴⁰.

Destacando que o fator econômico é um diferencial nesse processo, pois as mulheres burguesas possuem mais assistência, por intermédio do poder aquisitivo, enquanto as operárias são vítimas constante desse ato, seja através de doenças oriundas da ação, seja pelos sofrimentos físicos imprudentemente realizados no hospital devido ao atendimento emergencial e silenciosamente aceito pelas mulheres como forma de castigo. Isso quando não pagam com a vida, reforçando a expressão social de “condenação por sua malignidade”, uma. Porém, nos homens é possível encontrar uma má-fé, ou falso-moralismo, uma vez que condenam abertamente a ação, porém recorre a ele quando lhe parecer conveniente, em casos de prejuízos ao seu futuro, seja profissional ou pessoal.

Percebe-se, contudo, que “certas técnicas” são utilizadas quando convém aos homens, ou para o controle da sociedade, como em casos de controle de natalidade, legitimação do aborto em más-formações embrionárias. Nesse caso, o corpo que se apresenta como objeto essencial para fazer-se no mundo porta de entrada para as experiências, na mulher se manifesta de forma ambígua, já que sua natureza lhe dispõe funções específicas – como a maternidade – e sua função pública, cívica, como sujeito atuante e participante da sociedade. Essa ambiguidade do corpo da mulher (natureza versus sociedade) apresenta-se como um conflito na busca pela sua subjetividade e transcendência – que seria lançar-se para um futuro aberto – uma vez que suas funções naturais se configuram como um obstáculo para a

⁴⁰ Beauvoir, 2009, p.653.

liberdade. Liberdade aqui empregada como possibilidade de escolhas e interação com o mundo superando a facticidade (conjunto de fatos que existem ao acaso) de sua situação.

Como destaca Reynolds:

Talvez mais problematicamente, seu trabalho também sugira simultaneamente que o corpo seja de certo modo um obstáculo, como durante a gravidez, que vincula as mulheres à natureza, e, por outro lado, que qualquer descrição biológica reducionista acerca do que é ser mulher é espúria e, além disso, que o corpo e a mente não podem ser divorciados um do outro.⁴¹

Nessa perspectiva, percebemos que Beauvoir vê o corpo como ponto de partida e também como obstáculo para a transcendência. Essa ambiguidade da autora não deve ser vista como um fator negativo, mas sim positivo na literatura feminista, já que denuncia e problematiza o perigo dos discursos reducionistas da biologia, e estabelece uma diferenciação entre cultura e natureza.

2.2 O Desejo

“Não é a natureza que define a mulher: esta é que se define retomando a natureza em sua afetividade”⁴², traduz Beauvoir, a contribuição da psicanálise aos estudos sobre a mulher. A qual marca o corpo como “objeto” fundamental na reprodução, e valorização, das emoções, dos sentimentos e das sensações psíquicas. Porém, Beauvoir realiza três constatações importantes na psicanálise que demonstra que a mulher é novamente colocada como uma estrutura passiva, portanto de segunda ordem – o segundo sexo.

A primeira constatação é de que o modelo psíquico freudiano é determinista, e estabelece à mulher um destino pré-definido, seja na imanência, aceitação de sua passividade, com devoção ao homem e inevitável realização na maternidade. Seja na negação de sua feminilidade, que irá desencadear neuroses. A segunda constatação é de uma cultura falocêntrica, ou seja, uma valorização ao masculino, sobretudo a sua genitália. E, por fim, demonstra que a transcendência – a superação de si mesmo – é um fator normal ao homem, enquanto a mulher possui uma tendência natural à passividade, à alienação e, conseqüentemente, à imanência, aceitação do que se é.

Ao mesmo tempo que a psicanálise valoriza o corpo, e na sequência coloca a sexualidade como fator principal ao processo de construção humana, também determina as

⁴¹ Reynolds, 2014, p. 201

⁴² Beauvoir, 2009, p. 71

estruturas psíquicas e conseqüentemente sociais, colocando a mulher bem mais próxima a sua natureza do que o faz com o homem. Percebemos uma valorização, muitas vezes não justificada, ao que representa o corpo do homem, explicando a figura da mulher como sendo acidentalmente diferente dele. Como relata Beauvoir: “Ele supõe que a mulher se sente um homem mutilado”⁴³, uma vez que, segundo Freud, a menina percebe, aos cinco anos de idade, a diferença anatômica entre ela e o pai, passando posteriormente por um processo de castração. Constatando sua inferioridade em relação ao pai, que perpassa o sentimento de inveja do pai e raiva da mãe por não ter lhe dado um pênis, ou ela aceita passivamente e busca em outros homens a dominação e submissão amorosa, que terá sua recompensa na maternidade. Ou nega a submissão. No entanto, como consequência neuroses podem ser desencadeadas, o que seria uma reação emocional exagerada – logo anormal – das experiências vivenciadas.

Beauvoir argumenta que as estruturas fisiológicas devem ser analisadas sobre o viés das construções sociais, sobretudo a educação, diferenciada aos indivíduos de sexos diferentes desde a infância. Afinal, em relação à compreensão de mundo ambos caminham na mesma direção, salienta a autora, “não há, durante os três ou quatro primeiros anos, diferença entre a atitude das meninas e dos meninos”⁴⁴, pois ambos se apresentam ao mundo como sujeitos autônomos, prestes a devorá-lo. Contudo, passada essa idade, a criança do sexo masculino encontra outra realidade, a de que ela é superior, devido a sua genitália – que representa virilidade –, e deve ser conduzida a um processo educacional diferenciado. Enquanto elas são abraçadas, beijadas e acariciadas pelos pais, eles são repentinamente distanciados, alegando que já são “homenzinhos”, portanto “não pedem beijos”, “não choram”, libertando-se mais rapidamente da alienação dos pais, e percebendo que seu potencial de “transcendência” está em seu sexo, já que suas partes genitais são reverenciadas por todos, tornando-se simbólico. Desse modo, o menino acaba encontrando nela uma compensação, e não sentimento de superioridade, em relação ao distanciamento do “corpo” da mãe.⁴⁵

Diferentemente das meninas, que apesar do privilégio de permanecerem por mais tempo entre as carícias dos pais, não são reverenciadas por suas genitálias, principalmente por não possuir grande protuberância, porém, são rapidamente direcionadas a intuírem a diferença entre os sexos e transformá-la em inferioridade.

Diante disso, podemos citar a seguinte comparação de Beauvoir:

⁴³ Beauvoir, 2009, p. 74.

⁴⁴ Idem, p. 363.

⁴⁵ Idem, pp. 364-366.

Ele faz o aprendizado de sua existência como livre movimento para o mundo; rivaliza-se em rudeza e em independência com os outros meninos, despreza as meninas. Subindo em árvores, brigando com os colegas, enfrentando-se em jogos violentos, ele apreende seu corpo como um meio de dominar a natureza e um instrumento de luta; orgulha-se de seus músculos como de seu sexo; através de jogos, esportes, lutas, desafios, provas, encontra um emprego equilibrado para suas forças; ao mesmo tempo reconhece as lições severas da violência; aprende a receber pancada, a desdenhar a dor, a recusar as lágrimas da primeira infância.⁴⁶

Com isso, o menino possui privilégios no que concerne à simbologia da virilidade presente no pênis, possibilitando a ele lançar-se para fora de si, e experimentar-se no mundo de forma única e subjetiva. Enquanto a mulher experimenta uma passividade imposta por seus educadores.

Sobre a experiência feminina Beauvoir relata:

Ao contrário, na mulher há, no início, um conflito entre sua existência autônoma e seu “ser-outro”; ensinam-lhe que para agradar é preciso procurar agradar, fazer-se objeto; ela deve, portanto, renunciar à sua autonomia. Tratam-na como uma boneca viva e recusam-lhe a liberdade; fecha-se assim um círculo vicioso, pois quanto menos exercer sua liberdade para compreender, apreender e descobrir o mundo que a cerca, menos encontrará nela recursos, menos ousará afirmar-se como sujeito; se a encorajassem a isso, ela poderia manifestar a mesma exuberância viva, a mesma curiosidade, o mesmo espírito de iniciativa, a mesma ousadia que um menino.⁴⁷

Desse modo, percebemos que toda a trajetória “existencial” de meninos e meninas, homens e mulheres, é moldada através de representações sociais falocêntricas, ou seja, giram em torno de um potencial anatômico masculino, visto como um “alter ego” (outro eu) que descobre o mundo de forma totalmente livre. Enquanto a mulher é direcionada a renunciar constantemente sua autonomia em direção ao outro, objetivando-se desde a infância. Com suas bonecas assume-se mãe, e ao mesmo tempo reflete-se nelas, precisando “estar” constantemente bonita – assim como a Barbie –, repercutindo na fase adulta, com o narcisismo imposto a ela pela própria sociedade. Seus brinquedos representam, e demarcam, seu espaço social – o privado, com utensílios domésticos a menina percebe desde cedo quais profissões são endereçadas a ela. Enquanto eles são ricamente bombardeados com brinquedos que conduzem à liberdade e ao espaço público, como skate, bicicleta, bola, carros, aviões, videogames, adereços de guerra, enfim, brincadeiras que facilitam a socialização, valorizam o corpo como representação de si no mundo e demarcam seu espaço na sociedade – a esfera pública.

⁴⁶ Idem, pp. 375.

⁴⁷ Beauvoir, 2009, pp. 375-376.

2.3 O Materialismo Histórico

“A humanidade não é uma espécie animal: é uma realidade histórica”⁴⁸. Assim, é através de sua relação e interação com a natureza que consegue transformar o mundo ao seu redor, especialmente utilizando-se de técnicas, projetando nessas ferramentas seu potencial transcendente. Esse é o ponto de encontro entre Simone de Beauvoir e a tese marxista. Porém, quando Engels relaciona a propriedade privada e a opressão das mulheres, fruto do aparecimento da estrutura familiar patriarcal, Beauvoir acredita que essa argumentação não encontra bases sólidas, visto que é imprescindível considerar todas as estruturas que permeiam o ser humano, e não apenas a econômica, como o faz o materialismo histórico.

O valor de sua crítica fundamenta-se sobre três constatações: A primeira sobre o pretexto de não haver base biológica para a divisão de classes. Já que ela já estava presente nas divisões de trabalho por sexo desde a pré-história, e não correspondia à inferiorização da mulher, “enquanto o homem caça e pesca, a mulher permanece no lar”⁴⁹, desempenhando um importante papel econômico na sociedade com a fabricação de utensílios domésticos. Com a descoberta dos minérios, e o surgimento das técnicas, a inferioridade da mulher só poderia ser colocada à prova em situações que fossem exigidas força física, como a utilização de um machado. Porém, em outros momentos históricos, e com a apropriação de máquinas modernas essa disparidade é anulada, e a igualdade restabelecida.

Em segundo lugar, pelo fato da mulher não ser “apenas” uma trabalhadora, uma vez que sua capacidade produtora e reprodutora equivalem na economia social e na vida individual.⁵⁰ Houve épocas em que as mulheres eram mais úteis tendo filhos do que desempenhando outras funções sociais, ou até mesmo gozavam de uma situação igualitária, porém com finalidades diferentes. É o caso das espartanas, na Grécia antiga, que possuíam o mesmo treinamento militar que os homens, até participavam de disputas esportivas, entretanto, com a finalidade de reproduzir filhos saudáveis e iniciá-los na educação militar, para que fossem aptos para compor o exército⁵¹. Outro exemplo pode ser encontrado no contexto da Primeira Guerra Mundial, que, com a ausência de homens para realizar os trabalhos nas fábricas, as mulheres assumiram sua posição, já que a situação representava um risco

⁴⁸ Beauvoir, 2009, p. 87.

⁴⁹ Idem, p.88.

⁵⁰ Ibidem, p.93.

⁵¹ Grillo, 2008, pp.124-125.

econômico social.⁵² Sendo assim, é preciso considerar a dupla condição da mulher na sociedade, porém seria desonesto obrigá-la a uma ou outra “função”, indiferente do contexto histórico/social em que ela esteja inserida.

Por fim, Beauvoir argumenta que, a soberania do homem sobre a natureza, resultante do advento da técnica, só aconteceu por haver uma “aspiração original” na consciência humana de dominação do Outro. Portanto, sua relação com a “sociedade” era sustentada por uma sensação de insegurança e sentimento de “pequenez”. E quando adquire os meios necessários para sua emancipação, anula-se a coletividade em detrimento de sua subjetividade e desejo de poder.

Deste modo, compreender a situação da mulher na história ocidental, unicamente pela economia ou formas de produção apresenta-se fragmentado demais, é preciso considerar toda a infraestrutura existencial, compreendendo os valores atribuídos à dimensão de ser em cada momento histórico.

2.4. O Potencial “Empoderador” da Liberdade

Na última parte de seu livro *A mulher independente*, Beauvoir relata as possibilidades de superação de si, e, conseqüentemente, de sua saída da condição de objeto – o(a) outro(a) – para a condição de sujeito, autônomo, livre e responsável por suas escolhas. Uma das condições é a econômica, dirá Beauvoir, dado que “só o trabalho pode assegurar-lhe uma liberdade concreta”, pois se relaciona com o fim a que visa, o dinheiro e, automaticamente, o direito se torna sua propriedade, colocando a mulher como pivô de sua relação com o mundo, possibilitando-a a transcendência, uma vez que não precisaria de um mediador – o homem – para esse processo.⁵³ Porém, Beauvoir acrescenta que apenas em uma sociedade socialista democrática seria possível atingir a plena liberdade, pois a exploração da mão de obra está inerente ao sistema capitalista, e as funções domésticas dirigidas às mulheres não cessaram, obrigando-as a desempenhar duas funções – a pública e a privada –, sem apoio familiar ou social.

No entanto, mesmo após a conquista econômica, a vida pública não equivale o mesmo para homens e mulheres, as exigências profissionais estão em planos diferentes. Assim, no que diz respeito a ele, algumas características já fazem parte “integrante de sua natureza”,

⁵² Brener, 2000, p.34.

⁵³ Beauvoir, 2009, p. 879.

como dominar, e ser autêntico, lançando-se, desde pequeno, para o futuro aberto; por sua vez ela, deverá superar toda uma cultura e educação infantil e adolescente que lhe conduziu para a docilidade, preocupação estética, sentimento de inferioridade e imanência. Até mesmo o lazer da mulher é influenciado por estruturas sociais, seu comportamento é rigorosamente controlado para que não fuja dos “padrões femininos”, sua sexualidade é contestada, difamada, caso extrapole os limites impostos a sua feminilidade. Por isso, dirá Beauvoir, é preciso uma igualdade de condições no âmbito educacional, salarial e sexual, onde ambos consigam caminhar em direção à transcendência, onde o casamento seja um acordo livre, uma vez que “o ato de amor torna-se uma livre troca”⁵⁴, sem exigências de estereótipos, sentimentos de posse, ou imposições hostis. Que a maternidade seja uma escolha individual – incluindo a aceitação social dos métodos contraceptivos e do aborto –, porém com direito garantido à licença maternidade paga pelo Estado, além de que o mesmo deve se responsabilizar pela educação infantil, diminuindo, e compartilhando, as funções domésticas “supostamente femininas”⁵⁵. Dito isso seria preciso uma reeducação social, almejando a igualdade de gênero e a equidade social, com o intuito de diminuir o forte peso social na mulher, mas respeitando as diferenças sexuais e suas especificidades.

Essa seria uma das possibilidades encontrada por Simone de Beauvoir para o fim do patriarcado, a outra estaria no ato coletivo das mulheres, que através da união, contra o mesmo fim - a sua objetivação -, poderiam tomar as rédeas de sua própria história, e juntas, em uma união de classe, exigir sua independência e seus direitos enquanto sujeitos legítimos, emancipados e responsáveis por sua própria humanidade, e conseqüentemente pela humanidade de todos, como preconiza o existencialismo.

⁵⁴ Beauvoir, 2009, p. 893.

⁵⁵ Ascher, 1991, pp. 192-193.

3. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DO CONTEÚDO EM SALA DE AULA

A presente proposta didática, tem como objetivo discutir a temática de gênero em sala de aula, tomando como base teórica a reflexão filosófica preconizada por Simone de Beauvoir. Através de leituras de textos filosóficos, vídeos, músicas, poemas e discussões que transitam na sociedade, ressaltando a importância da autonomia do sujeito na construção de suas identidades.

Espera-se, com esse trabalho, resgatar a historicidade das lutas femininas, ampliar e contribuir com o debate sobre gênero nas escolas.

Etapa I – Mobilização para o conhecimento - Discutindo gênero

Essa etapa inicial é imprescindível devido à mobilização do aluno no reconhecimento do tema levantado pelo professor. Lembrando que as possibilidades e estratégias são inúmeras, nessa unidade didática sugere-se que o professor utilize a música *Masculino e Feminino* (1983), de Baby Consuelo, Didi Gomes e Pepeu Gomes⁵⁶. A utilização desta música visa conduzir os alunos a uma reflexão sobre os conflitos existentes entre homens e mulheres devido a suas diferentes representações sociais, instigando-os à participação e, se necessário, propondo regras para o debate.

Ainda a título de sensibilização e reconhecimento da temática, os alunos devem elaborar protótipos de homens e mulheres – contendo características físicas, personalidades, identidades e profissões – que sejam considerados modelos na sociedade. Nesse momento é necessário que o professor deixe os alunos livres para discutir, e não interfira na atividade. Se possível separar os grupos em diferentes espaços, como biblioteca, refeitório, pátio e a própria sala de aula. Ao final, cada grupo deverá expor aos colegas o seu protótipo e explicá-lo.

Música disponível no *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=Pz2XmDVeGtU>; e no site *Vagalume*: <http://www.vagalume.com.br/pepeu-gomes/masculino-e-feminino.html>

Ao término das exposições, instigá-los a comparar a música *Masculino e Feminino*, sobretudo o refrão, com os estereótipos levantados por eles. Conduzindo-os à reflexão sobre

⁵⁶ Disponível em: <http://www.pepeugomesoficial.com/discografia.php>. Álbum *Masculino Feminino*.

o papel da sociedade na construção da identidade dos diferentes sujeitos desde o seu nascimento, principalmente nas representações, e até divisões de profissões por gênero. Se necessário fazer uma exposição de imagens que comprovem a divisão por classe. Exemplos: Bombeiros, policiais, pedreiros, domésticas, educadoras sociais, etc. Paralelo à discussão, sugerir a construção de painéis com “jargões” que são constantemente utilizados para reforçar os arquétipos de gênero.

O objetivo dessa atividade, além da representação social por intermédio da educação, é a percepção por parte dos alunos de que as diferenças entre os sexos, masculino e feminino, não podem justificar desigualdades.

Para contribuir com o início da atividade, o professor pode escrever algumas expressões no quadro-negro, como: *rosa é cor de menina; carrinho é brinquedo de menino; homem não chora; que coisa de “mulherzinha”*.

Para finalização da atividade, expor os painéis nos corredores da instituição de ensino e sugerir aos alunos que analisem a reação das pessoas, nos intervalos, ao lerem as frases e, se possível, questioná-las sobre a sua percepção e aceitação em relação à divisão de gênero existente na sociedade.

Etapa II – Problematizando a temática de gênero

Inicia-se nessa etapa a problematização do tema, quando educador e educando levantam problemas presentes na temática. O que não significa a exclusão das estratégias utilizadas anteriormente, pois pode-se resgatá-las sempre que necessário, ou até mesmo inserir outras possibilidades.

Sugere-se a leitura em sala do primeiro capítulo desta pesquisa – *A questão de gênero* – onde é elucidada a trajetória do conceito de gênero e sua relação com a luta das mulheres. Disponibilizando aos educandos um glossário com os termos técnicos presentes no texto. (Nesse momento é possível uma abordagem interdisciplinar, com história e sociologia, resgatando a historicidade do movimento feminista, e a trajetória e mudança das reivindicações na luta das mulheres, até a contemporaneidade. Outra possibilidade seria a realização de seminários sobre líderes feministas e mulheres que marcaram a história do ocidente).

A título de avaliação processual, propõem-se um trabalho de pesquisa aos alunos, sobre a história da luta das mulheres pelo voto, exigindo data, nomes e fatos mais importantes de um determinado país.

Realizar uma sessão de Cinema com o filme: *As Sufragistas* (2014), que aborda a luta das mulheres, no início do século XX, pelo direito ao voto no Reino Unido.

Disponível no *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=EsigaAINOU0>

Ainda com o propósito de problematizar a temática, examinar com o alunado o forte peso social que a mídia e os meios de comunicação exercem na construção da identidade dos sujeitos, reforçando a normatização de gênero, através da análise de propagandas brasileiras que contribuem para a manutenção dos estereótipos.

Recomenda-se duas, em específico:

- *Old Spice*, marca norte-americana, que fortalece a identidade masculina de “macho dominante”, forte, potente e naturalmente aventureiro.

- *Mabe*, marca Mexicana, que, apesar de ter como título a “multi-mulher”, reforça a identidade feminina de guardiã do lar, sempre preocupada com os afazeres domésticos, os filhos e o marido.

Disponível no *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=vox9VksKxFQ> (Desodorante Old Spice)

Disponível no *youtube*: <https://www.youtube.com/watch?v=d9wii3GGjI> (Malu Mader e a Multi-mulher)

Ao problematizar, o professor também conduz à investigação, e os encaminhamentos metodológicos podem se entrecruzar no processo de ensino-aprendizagem sem grandes problemas.

Após a identificação da normatização de gênero pelos alunos, proporcionar aos mesmos a leitura da entrevista do filósofo Michel Foucault⁵⁷, na qual discorre sobre as relações de poder e a normatização da sexualidade por intermédio de aparatos do Estado. Com o intuito de proporcionar aos alunos um olhar filosófico sobre as relações sociais de gênero e conduzi-los à percepção das consequências desse discurso normativo. Através da análise de

⁵⁷ Marçal (org) 2009, pp.230-257.

casos de violência física e moral, presente nos discursos de ódio, manifestados contra grupos LGBT, vítimas históricas da heteronormatividade.

Exemplos de casos: pai e filho são confundidos com casal gay no interior de São Paulo (2011), e projetos de lei que tramitaram na câmara dos deputados em 2015, criminalizando homossexuais e reforçando a heteronormatividade, como a “Cura Gay” e o “Dia do Orgulho Hétero”. Ambos atentavam contra a cidadania do grupo LGBT.

Entrevista com o filósofo Michel Foucault presente no livro *Antologia de textos filosóficos*⁵⁸, distribuído nas escolas estaduais do Paraná. Ou sua versão em pdf. Disponível no site: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/cadernos_pedagogicos/caderno_filo.pdf

Caso de homofobia em SP. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pai-e-filho-sao-espantados-apos-se-abracarem>

Projeto 234/11 – Cura Gay. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1048492&filename=PRL+1+CSSF+%3D%3E+PDC+234/2011

Projeto 1672/2011 – Dia do orgulho hétero. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>

Nesse percurso, já é possível exigir dos alunos uma produção textual – dissertativo-argumentativa – acerca do conhecimento adquirido sobre o tema.

Sugestão de atividade avaliativa: Relacionar o conceito biológico e cultural de gênero com os estereótipos sociais percebidos pelos jovens.

Outra possibilidade seria a de analisar o papel da mídia e dos meios de comunicação na manutenção dos arquétipos de gênero.

Etapa III – Investigação do tema gênero

A etapa de investigação possibilita ao aluno a experiência filosófica, posto que entrará em contato com o texto filosófico e suas especificidades. Assim, de forma expositiva, e com o

⁵⁸ Marçal, Jairo (org.). *Antologia de textos filosóficos*. Curitiba: SEED – PR., 2009.

auxílio de slides, apresentar-se-ia a biografia de Simone de Beauvoir, introduzindo seu pensamento filosófico. Para esta etapa, recomenda-se a apreciação de um vídeo, (20:39 min), contendo uma entrevista com a filósofa e uma análise do impacto da sua obra, *O segundo sexo*, na sociedade de sua época.

Vídeo disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xL4DG-5o5Uk>

Subsequentemente à introdução ao pensamento da filósofa, o professor deverá dividir a turma em duas equipes, onde cada uma terá que analisar uma música, reconhecendo e descrevendo o estereótipo de mulher que cada uma retrata e, ao final, expondo a sua interpretação para a outra equipe.

Músicas:

- *Mulheres de Atenas* (1976), autoria de Chico Buarque⁵⁹ e Augusto Boal para a peça *Mulheres de Atenas* de Augusto Boal, que descreve algumas características das mulheres atenienses na Grécia antiga.

- *Desconstruindo Amélia* (2009), da cantora Pitty⁶⁰, questionando a possibilidade de desconstrução dos estereótipos e as possíveis formas de ser mulher.

Espera-se, com essa atividade, que o estudante perceba a mudança de pensamento ocorrida na sociedade em relação as mulheres, ao mesmo tempo que identifiquem que os problemas atuais podem ser fruto da manutenção de arquétipos patriarcais.

Primeira música disponível em: <http://www.vagalume.com.br/chico-buarque/mulheres-de-atenas.html>;
segunda música disponível em:
<http://www.vagalume.com.br/pitty/desconstruindo-amelia.html>

Para contribuir com a reflexão realizada pelas músicas, o professor deverá ler, com os estudantes, a introdução do livro *O segundo sexo*, de Simone de Beauvoir⁶¹, no qual ela descreve a desigualdade social enfrentada pela mulher, e sua ausência de liberdade na construção de si mesma, uma vez que está acorrentada a uma sociedade patriarcal. Esclarecendo, aos estudantes, a crítica feita pela filósofa aos estudos da biologia, da

⁵⁹ Disponível em: <http://www.chicobuarque.com.br/>

⁶⁰ Disponível em: <http://www.pitty.com.br/setevidas/>

⁶¹ Beauvoir, 2006, pp.14-31.

psicanálise (de Sigmund Freud), e do materialismo histórico (de Marx), em relação à construção da identidade da mulher.

Sugere-se também, a investigação do primeiro capítulo intitulado *Infância*, presente no segundo volume do livro *O segundo sexo*⁶², onde Beauvoir descreve a frase que se tornaria a expressão máxima do feminismo “*não se nasce mulher, torna-se*”, e descreve situações onde a mulher é alienada à sociedade a qual pertence. Nesse momento, o professor deverá realizar um amplo debate com os alunos, sobretudo ressaltando, e indagando, sobre as diferentes formas de educação de meninas e meninos.

A título de exemplo, o professor poderá ler para os alunos uma citação da historiadora Mary Del Priore, sem seu livro *Histórias e Conversas de Mulher*⁶³. Nesta obra, a autora descreve a “função” e o “modelo” da mulher no período colonial brasileiro. Após a leitura, questioná-los sobre as mudanças ocorridas em relação à liberdade da mulher até a atualidade.

Observação: Espera-se que os alunos mencionem a violência exercida sobre a mulher na sociedade, caso isso não ocorra o próprio professor deverá mencioná-la.

Conduzindo os alunos à discussão sobre o tipo de violência exercida sobre a mulher, e sua relação com o machismo através de análise de casos (o professor pode escolhê-los). Nesse momento é possível que os alunos lembrem outros casos conhecidos ou até mesmo pessoais, portanto, é preciso cautela, por parte do professor, para que não ocorra “exposição da vida dos alunos”.

Com o propósito de demonstrar as mudanças sociais, e principalmente constatar a luta das mulheres, o professor pode pedir aos alunos que pesquisem, em casa, sobre a lei 11.340/2006 (Maria da Penha), e a lei 13.104/2015 (Feminicídio) ou, caso prefira, apresentá-las em sala de aula.

Expondo aos alunos os critérios da lei, as mudanças sofridas desde sua criação - caso da 11.340/2006 – e apresentar a versão compacta (10min) do documentário *O silêncio das Inocentes* (2010), que relata a triste realidade social de mulheres vítimas da violência doméstica e a luta da biofarmacêutica Maria da Penha para conseguir justiça.

⁶² Beauvoir 2009, pp.361-366.

⁶³ Priore, 2013, p.12

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm
(Maria da Penha - 2006)

Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13104.htm
(Lei do Feminicídio - 2015)

Disponível em: <http://www.vogliaproducoes.com.br/site/projetos/silencio-das-inocentes/> (O silêncio das inocentes, versão compacta)

Etapa IV – Criando conceitos

Depois de mobilizar o estudante para a temática de gênero, problematizar e investigar os diversos conceitos e questões presentes no tema, o estudante está apto a construir seus próprios conceitos e socializar suas ideias acerca das leituras e discussões realizadas.

Nesse momento, o professor deverá ler o poema *Se eu fosse eu*⁶⁴, de Clarice Lispector, para abrir a discussão acerca da liberdade e do empoderamento feminino. Porém, para que os estudantes compreendam a importância da liberdade na construção da identidade, o professor deve conduzi-los à leitura de fragmentos do último capítulo, *A mulher independente*, do segundo volume do livro *O segundo sexo*⁶⁵, no qual Beauvoir descreve as possibilidades de emancipação da mulher e seu potencial de escolha, presente na liberdade. Desprendendo-se dos discursos “essencialistas”, como o da biologia, rompendo com anos de alienação a uma cultura patriarcal.

Para realizar essa leitura sugere-se a divisão dos alunos em grupos, (entre quatro ou cinco integrantes), para leitura integral do texto e elaboração de questões – não é preciso estipular um número máximo, mas sim um mínimo de questões. Também deve ser permitido acrescentar questões discutidas anteriormente, relacionando o texto a discussões realizadas em sala de aula. Após a elaboração, cada grupo deverá trocar as questões e respondê-las, assim, ao término da atividade, cada grupo deverá pegar a folha com as questões que elaborou e corrigi-las, não havendo necessidade de atribuir nota, apenas considerar as questões válidas ou não. Contudo, que avaliará a atividade será o professor.

Simone de Beauvoir conduz a reflexão sobre a importância da retomada de atitude e desenvolvimento da consciência por parte da mulher, porém ela não exclui a responsabilidade da sociedade nesse processo. Para uma maior assimilação, por parte dos estudantes, dessa

⁶⁴ Disponível em anexo ao final desta monografia.

⁶⁵ Beauvoir, 2009, pp.880-917.

reflexão, o professor deverá conduzir à análise do minidocumentário *Lugar de criança: a sociedade e a luta pelo direito a creche* (2014), que mostra a luta de mulheres, na periferia de São Paulo, pelo direito à creche. Discutindo com os alunos a responsabilidade dos órgãos públicos para com as mulheres trabalhadoras que precisam deixar seus filhos em instituições educacionais para trabalhar. O que, para Beauvoir, representa o primeiro passo para emancipação da mulher, uma vez que terá independência financeira e, conseqüentemente, participará assiduamente da vida pública.

Nessa etapa final, o professor poderá sugerir aos alunos a produção de textos, poemas, entrevistas e desenhos sobre mulheres trabalhadoras e expor em um mural na escola.

Documentário disponível em: http://www.ebc.com.br/infantil/para-pais/2014/11/mini-documentario-mostra-luta-de-mulheres-pelo-direito-a-creche

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa e proposta didática visou abordar a questão de gênero, conduzindo e ampliando o debate no ambiente escolar, ressaltando sua trajetória histórica e filosófica e esclarecendo sua construção cultural e social. Construção essa que se fortalece nas representações sociais e nos discursos normatizadores, sobretudo, de origem biológica/fisiológica que, com sua estrutura essencialista, constrói estereótipos de gênero e marca o corpo como lugar de sujeição, e não de transcendência, como sugere Beauvoir. Já que o corpo é a porta de entrada das sensações e manifestação de desejos, vontades e liberdades. Sobretudo o corpo feminino que é alvo do discurso essencialista da biologia, reduzindo-o a uma passividade imposta pela natureza, devido à maternidade, legitimando assim, “uma hierarquia natureza/cultura”⁶⁶ que coloca o gênero masculino em uma posição de destaque e de privilégio social. Nesse sentido, Beauvoir salienta que a mulher vivencia um conflito – entre indivíduo e espécie – que o homem não experimenta, em razão de aspectos de sua corporificação, como gravidez, menstruação e lactação, contribuindo para a sua “opressão”, já que fica mais difícil alcançar a subjetividade transcendente.⁶⁷

Não obstante, a filósofa inclui o fator cultural como corresponsável pelo processo de opressão, ou não, da mulher. Posto que a sociedade pode contribuir com a inserção e manutenção dela no mercado de trabalho, ou dificultar sua permanência, restringindo-a a certas participações devido a suas especificidades. Pode-se constatar essa desvalorização na ausência de mulheres em cargos de presidência, ou nas discussões sobre “cotas femininas” nas eleições, ou ainda nos planos de carreiras de algumas empresas que conduzem as mulheres a organizarem suas vidas privadas em prol da função desempenhada na empresa. Afinal de contas, ela corre o risco de perder o cargo caso ausente-se dele por muito tempo, mesmo existindo uma legislação que a proteja. De outro modo, existem profissões que, historicamente foram direcionadas ao público feminino, sobretudo relacionadas ao cuidado, como o setor doméstico, saúde e educação. Ainda majoritariamente feminino, porém invadido pelos homens, no entanto em posições superiores e com melhores salários, como pequenos empresários, professores universitários, reitores, secretários de educação, médicos e chefes de equipes médicas.

Entretanto, as tentativas de emancipação feminina nunca estiveram adormecidas, talvez “acanhadas” e, por vezes, “oprimidas” – enquadrando-se como transgressoras. Sua

⁶⁶ Reynolds, 2014, p. 229.

⁶⁷ Idem, p.227.

presença marca diversos contextos históricos, o que demonstra que os ideais de igualdade caminham juntos com a história e com a permanente luta das mulheres.

Nesse sentido, ao longo deste trabalho, buscou-se elucidar que o movimento feminista vem para contestar, denunciar, e negar o sexismo, o qual é utilizado como uma ferramenta de poder e de opressão sobre as mulheres, e também perante indivíduos que não se “encaixam” ao perfil previamente estabelecido pelo sistema patriarcal, cotidianamente afirmado no machismo e na heteronormatividade. Cuidadosamente exemplificado e discutido na proposta didática desta pesquisa, posto que as mulheres não são as únicas vítimas do sexismo, já que os homossexuais também sentem à opressão devido à negação de suas identidades. Além disso, podemos incluir os próprios homens, visto que são conduzidos ao enquadramento social, sendo constantemente obrigados a representar um papel – de macho – que já não cabe mais.

Tendo em vista o valor histórico e político desse movimento, procurou-se apresentar aos estudantes que as reivindicações foram ganhando força e destaque, com várias batalhas vencidas, como o voto e a participação política das mulheres, o acesso legitimado à vida pública com garantia de direitos iguais aos dos homens, os métodos contraceptivos, o aborto e a revolução sexual (em alguns países) e uma legislação que previne, acolhe, protege e pune casos de violência contra a mulher.

Esta investigação evidenciou ainda a participação da filósofa Simone de Beauvoir nos estudos sobre a mulher, destacando o valor de sua reflexão ontológica e sobretudo política, marcada na célebre frase “não se nasce mulher, torna-se”, que levantou, definitivamente, a bandeira da liberdade, especialmente na construção das identidades e manifestações do “ser”, outrora negado às mulheres. Ratificando, contudo, que as diferenças entre homens e mulheres não são negadas pelo feminismo, mas sim afirmadas. Mirando a equidade de gênero, como o direito à licença maternidade, o acesso a creches públicas, cotas para as mulheres nas eleições e prioridades em projetos governamentais, tendo em vista que o universo público sempre pertenceu aos homens. Assim, para modificar essa realidade faz-se necessário estratégias sociais, e nem sempre legislações igualitárias possibilitam tais mudanças.

A proposta didática aqui apresentada, estrutura-se nos quatro encaminhamentos metodológicos das *Diretrizes Curriculares Estaduais* (DCE) de Filosofia: a mobilização para o conhecimento; a problematização; a investigação e a criação de conceitos – tão importantes no processo de ensino-aprendizagem dessa disciplina que, legalmente, só começa a fazer parte da vida dos jovens no Ensino Médio, analisando a realidade vivenciada pelas escolas públicas brasileiras. Almejando a reflexão, por parte dos adolescentes, da situação social vivenciada

pelas mulheres, bem como o conhecimento histórico – nem sempre abordado nos livros didáticos ou pelos professores – da luta das mulheres pela igualdade de condições, e de seu reconhecimento como sujeitos históricos, críticos e atuantes em toda a história da humanidade.

Partiu-se da compreensão das relações de poder existentes, e os discursos normatizadores de gênero, com seus argumentos biológicos e culturais fortemente alimentados nas relações e instituições sociais – como a família, a Igreja e a escola. Todas estas responsáveis em disseminar, durante séculos, preleções desiguais de gênero, com tratamentos diferenciados para meninos e meninas, criando e reforçando estereótipos de gênero, e principalmente, sendo por vezes coniventes com a violência exercida sobre as mulheres.

Assim, certo de que o discurso dominante se impõe a todos os segmentos da sociedade, e que a mídia e as redes sociais não estão fora dessa sujeição, contribuindo, por sua vez, com a manutenção dos arquétipos em propagandas, revistas, programas de televisão e mensagens direcionadas por gênero. Espera-se, portanto, criar pontes entre a realidade vivenciada pelos estudantes do Ensino Médio e a reflexão filosófica formulada por Simone de Beauvoir. Visa-se, além da apreensão da construção social do gênero, a possibilidade de desconstrução através do “empoderamento”, o qual representa a conscientização e ativa participação do sujeito na sociedade, compreendendo sua relação com as construções sociais. Porém, estabelecendo um diálogo de liberdade e autonomia com a comunidade a qual faz parte.

Para finalizar, a presente pesquisa buscou evidenciar a responsabilidade que permeia a existência de todos os sujeitos – seja consigo mesmo, ou com os demais –, levando em consideração que os jovens ao cursarem o Ensino Médio ainda estão em processo de aprendizagem e necessitam de boa reflexão para inserção social. Haja visto que, ao completarem dezoito anos, terão que responder sobre seus atos, e deverão participar ativamente das questões políticas que afetam a sociedade.

Espera-se, todavia, que esse debate possa maximizar as atitudes éticas que sustentam uma sociedade justa e democrática, com sujeitos aptos a exercerem sua liberdade e assumirem sua reponsabilidade, coibindo, e se necessário, denunciando todo tipo de violência e os maus tratos, sobretudo o de gênero. Assim, parafraseando Beauvoir, que nada nos defina, que nada nos sujeite, que a liberdade seja nossa única substância.⁶⁸

⁶⁸ Beauvoir, 2010, pp. 23-24.

6. REFERÊNCIAS

AGUIAR, Neuma (org). **Coleção Gênero – Volume 5. Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres.** Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos (sem data).

ANDRADE, Abrahão Costa. **Militante da Liberdade.** Revista Discutindo Filosofia, Ano 1 nº1, pp. 32-37. (Sem data)

ASCHER, Carol. **Simone de Beauvoir: Uma vida de liberdade.** Tradução de Salvyano Cavalcanti de Paiva. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.

AUAD, Daniela, **Feminismo: que história é essa?** Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BEAUVOIR, Simone de. **Por uma moral da ambiguidade.** Tradução de Marcelo Jacques de Moraes. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

_____. **O segundo sexo.** Tradução de Sérgio Millet. – 2ª ed. - Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009. 2v.

_____. **1908-1986 A força da idade.** Tradução de Sérgio Millet. – 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

BRENER, Jaime, A Primeira Guerra Mundial. Retrospectiva do Século XX. São Paulo: Ática, 2000.

CARSON, Alejandron Cervantes, **Entrelaçando consensos: reflexões sobre a dimensão social da identidade de gênero da mulher.** Cadernos Pagu – Unicamp – nº04 p. 187-218. 1995.

DE HOLANDA, Heloisa Buarque (org). **Tendências e impasses – O feminismo como crítica da cultura.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos IV: estratégia, Poder-Saber**. Org. Manoel Barros da Motta. Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro. Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1990.

Gênero e Diversidade na escola: Formação de professores em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais. Livro de Conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARÇAL, Jairo (org). Foucault, Michel, Saber e Poder. Pp. 239-253. In. Antologia de Textos Filosóficos. Curitiba: SEED – Pr, 2009.

MARGARET, Mead. **Sexo e Temperamento**. Perspectiva, São Paulo, 1969.

MARTINS, Clitia Helena Backx, Trabalhadores na reciclagem do lixo: dinâmicas econômicas, socioambientais e políticas na perspectiva de empoderamento. Tese (doutorado) – Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2005.

OLIVEIRA, K. R.. **Sementes da Revolução**. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, p. 26 – 29, 01 fev. 2015.

OLIVEIRA, Rosiska Darcy de, **Elogio da diferença: o feminino emergente**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REYNOLDS, Jack. **Existencialismo**. Tradução de Caesar Souza, 2º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação e Realidade. Porto Alegre, v.20, n.º 2, p. 71-99, 1995.

DOCUMENTOS CONSULTADOS ONLINE

GRILLO, José Geraldo Costa. **A mulher na sociedade anteniense: um estudo de sua representação nos vasos Áticos dos séculos VI-V A.C.** Mimesis, Bauru, v. 29, n. 2, p. 123-133, 2008. Disponível em: <http://www.usc.br/biblioteca/mimesis/mimesis_v29_n2_2008_art_03.pdf>. Acesso em 17/02/2016.

Homofobia. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/pai-e-filho-sao-espantados-apos-se-abracarem>

Legião Urbana. O descobrimento do Brasil. Disponível em: <http://www.vagalume.com.br/legiao-urbana/discografia/o-descobrimento-do-brasil.html>.

Museu Bertha Lutz. Biografia. Disponível em: <http://lhs.unb.br/bertha/>. Acesso em 28/07/2015.

Plano Nacional de Educação 2014-2024. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>

Projeto PDC 234/11 – Cura Gay. Disponível em: http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1048492&filename=PRL+1+CSSF+%3D%3E+PDC+234/2011

Projeto 1672/2011 – Dia do orgulho hétero. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=510199>

7. ANEXOS

ANEXO I

Masculino e Feminino – Baby Consuelo, Didi Gomes e Pepeu Gomes (1983)

Ser um homem feminino
 não fere o meu lado masculino
 se Deus é menina e menino
 sou masculino e feminino

Olhei tudo que aprendi
 e um belo dia eu vi

Que ser um homem feminino
 não fere o meu lado masculino
 se Deus é menina e menino
 sou masculino e feminino

Olhei tudo que aprendi
 e um belo dia eu vi

que vem de lá
 o meu sentimento de ser
 e vem de lá
 o meu sentimento de ser
 meu coração
 mensageiro vem me dizer
 meu coração
 mensageiro vem me dizer

salve, salve a alegria
 a pureza e a fantasia
 salve, salve a alegria
 a pureza e a fantasia

Olhei tudo que aprendi
 e um belo dia eu vi

Que ser um homem feminino
 não fere o meu lado masculino
 se Deus é menina e menino
 sou masculino e feminino

Vou assim, todo o tempo
 vivendo e aprendendo

que vem de lá
o meu sentimento de ser
e vem de lá
o meu sentimento de ser
meu coração
mensageiro vem me dizer
meu coração mensageiro vem me dizer

ANEXO II

Mulheres de Atenas – Augusto Boal e Chico Buarque (1976)

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Vivem pros seus maridos, orgulho e raça de Atenas
 Quando amadas, se perfumam
 Se banham com leite, se arrumam
 Suas melenas
 Quando fustigadas não choram
 Se ajoelham, pedem, imploram
 Mais duras penas
 Cadenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Sofrem pros seus maridos, poder e força de Atenas
 Quandos eles embarcam, soldados
 Elas tecem longos bordados
 Mil quarentenas
 E quando eles voltam sedentos
 Querem arrancar violentos
 Carícias plenas
 Obscenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
 Despem-se pros maridos, bravos guerreiros de Atenas
 Quando eles se entopem de vinho
 Costumam buscar o carinho
 De outras falenas
 Mas no fim da noite, aos pedaços
 Quase sempre voltam pros braços
 De suas pequenas
 Helenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Geram pros seus maridos os novos filhos de Atenas
Elas não têm gosto ou vontade
Nem defeito nem qualidade
Têm medo apenas
Não têm sonhos, só têm presságios
O seu homem, mares, naufrágios
Lindas sirenas
Morenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Temem por seus maridos, heróis e amantes de Atenas
As jovens viúvas marcadas
E as gestantes abandonadas
Não fazem cenas
Vestem-se de negro, se encolhem
Se conformam e se recolhem
Às suas novenas
Serenas

Mirem-se no exemplo daquelas mulheres de Atenas
Secam por seus maridos, orgulho e raça de Atenas

ANEXO III

Descostruindo Amélia – Pitty (2009)

Já é tarde, tudo está certo
Cada coisa posta em seu lugar
Filho dorme, ela arruma o uniforme
Tudo pronto pra quando despertar

O ensejo a fez tão prendada
Ela foi educada pra cuidar e servir
De costume esquecia-se dela
Sempre a última a sair

Disfarça e segue em frente
Todo dia, até cansar
E eis que de repente ela resolve então mudar
Vira a mesa,
Assume o jogo
Faz questão de se cuidar
Nem serva, nem objeto
já não quer ser o outro
hoje ela é um também

A despeito de tanto mestrado
Ganha menos que o namorado
E não entende o porquê
Tem talento de equilibrista
ela é muitas, se você quer saber

Hoje aos trinta é melhor que aos dezoito
Nem Balzac poderia prever
Depois do lar, do trabalho e dos filhos

Ainda vai pra night ferver

Disfarça e segue em frente

Todo dia, até cansar

E eis que de repente ela resolve então mudar

Vira a mesa,

Assume o jogo

Faz questão de se cuidar

Nem serva, nem objeto

já não quer ser o outro

hoje ela é um também

ANEXO IV

Se eu fosse eu – Clarice Lispector

Quando eu não sei onde guardei um papel importante e a procura revela-se inútil, pergunto-me: se eu fosse eu e tivesse um papel importante para guardar, que lugar escolheria? Às vezes dá certo. Mas muitas vezes fico tão pressionada pela frase "se eu fosse eu", que a procura do papel se torna secundária, e começo a pensar, diria melhor SENTIR. E não me sinto bem. Experimente: se você fosse você, como seria e o que faria? Logo de início se sente um constrangimento: a mentira em que nos acomodamos acabou de ser movida do lugar onde se acomodara. No entanto já li biografias de pessoas que de repente passavam a ser elas mesmas e mudavam inteiramente de vida. Acho que se eu fosse realmente eu, os amigos não me cumprimentariam na rua, porque até minha fisionomia teria mudado. Como? Não sei. Metade das coisas que eu faria se eu fosse eu, não posso contar. Acho por exemplo, que por um certo motivo eu terminaria presa na cadeia. E se eu fosse eu daria tudo que é meu e confiaria o futuro ao futuro.

"Se eu fosse eu" parece representar o nosso maior perigo de viver, parece a entrada nova no desconhecido.

No entanto tenho a intuição de que, passadas as primeiras chamadas loucuras da festa que seria, teríamos enfim a experiência do mundo. Bem sei, experimentaríamos enfim em pleno a dor do mundo. E a nossa dor aquela que aprendemos a não sentir. Mas também seríamos por vezes tomados de um êxtase de alegria pura e legítima que mal posso adivinhar. Não, acho que já estou de algum modo adivinhando, porque me senti sorrindo e também senti uma espécie de pudor que se tem diante do que é grande demais.